

# O longo calvário dos aposentados

Há mais de 30 anos, a rotina de aposentados e pensionistas é um vaivém de novas e velhas medidas, recadastramentos, decretos e brigas na Justiça. Desde que os institutos de aposentadoria foram unificados, em 1964, a Previdência sempre esteve na mira de planos e ajustes econômicos. De mudança em mudança, também foram colecionadas polêmicas e perdas salariais.

Foi assim, por exemplo, com empregadas domésticas e profissionais liberais, que não eram obrigados a contribuir com a Previdência. Quando foram incluídos, tiveram que pagar pelos anos anteriores, apesar de acumularem mais de 35 anos de trabalho. Muito criticada, a exigência caiu em 1977.

Dois anos mais tarde, já na gestão do ministro Jair Soares, os benefícios dos aposentados e

pensionistas passaram a ser reajustados de seis em seis meses, seguindo o aumento do salário mínimo. Mas, na hora do cálculo, a medida levou em conta o mínimo do semestre anterior e não o que passou a vigorar em seguida. Com isso, aumentou a defasagem dos segurados em relação aos trabalhadores, que já chegava a 32%.

Na sucessão de mudanças polêmicas, em 1982 veio o corte nas aposentadorias de quem voltasse ao mercado de trabalho. A alegação era mais uma vez diminuir o déficit da Previdência. Pelo mesmo motivo, em 1991, a Lei de Benefícios da Previdência reduziu em 10% os benefícios de quem ganhava mais de um salário mínimo.

Em 1991, multidões foram às ruas tentar garantir o aumento de 147% concedido ao salário mínimo pelo ministro Rogério Magri. A confu-

são se estendeu por mais de um ano e rendeu ao episódio o apelido de 'dança das varas', em referência às sucessivas idas e vindas de segurados a varas federais e estaduais para garantir o reajuste. Para resolver o problema, o governo adiou os reajustes dos salários para o ano seguinte.

Em 1992, veio o aceno de um reajuste de 79,96% para quem recebesse mais de um salário mínimo. O pagamento teria que ser em parcelas para evitar inflação. O governo justificava dizendo que era preciso controlar o volume de dinheiro em circulação. No mesmo ano, para garantirem seus benefícios, todos os aposentados por invalidez tiveram que se submeter a exames médicos. Quem não apresentasse comprovante de que estava inscrito para o exame não recebia nada.